

Indicadores da NBC T 15: uma análise da adesão no balanço social da EPAMIG

A preocupação da população com os aspectos sociais e ambientais nos últimos anos faz com que as empresas se adequem a apresentar informações contábeis exigidas pela legislação, além de demonstrarem informações sobre ações sociais e ambientais. Este estudo tem como objetivo principal analisar o nível de adesão dos indicadores da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, no balanço social da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). Para atingir o objetivo foram analisados os balanços sociais da EPAMIG dos anos 2016 e 2017. Os demonstrativos foram extraídos do site da empresa, e solicitados via Lei de Acesso à Informação, sendo comparados com os indicadores da NBC T 15. O estudo se justifica pela importância da responsabilidade social e ambiental e da contabilidade como ferramenta na apresentação das informações aos interessados. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritiva com abordagem qualitativa, com dados obtidos a partir de análise bibliográfica e documental. Constatou-se que a EPAMIG apresenta informações acerca dos recursos humanos, sendo a maior adesão aos indicadores. Por sua vez, as informações sobre a interação com o ambiente externo e com o meio ambiente não apresentaram nenhum indicador proposto na norma.

Palavras-chave: Balanço Social; Responsabilidade Social; Contabilidade; EPAMIG.

NBC T 15 indicators: an analysis of membership in EPAMIG's social balance sheet

The population's concern with social and environmental aspects in recent years has made companies adequate to present accounting information required by law, in addition to demonstrating information on social and environmental actions. This study has as main objective to analyze the level of adherence of the indicators of the Brazilian Accounting Standard NBC T 15 - Information of Social and Environmental Nature, in the social balance of the Agricultural Research Corporation of Minas Gerais (EPAMIG). To achieve the objective, the social balance sheets of EPAMIG for the years 2016 and 2017 were analyzed. The statements were extracted from the company's website, and were requested via the Access to Information Law, being compared with the NBC T 15 indicators. Importance of social and environmental responsibility and accounting as a tool in presenting information to stakeholders. It is a descriptive research with a qualitative approach, with data obtained from bibliographical and documentary analysis. It was found that EPAMIG presents information about human resources, with the highest adherence to the indicators. In turn, the information on the interaction with the external environment and the environment did not present any indicator proposed in the standard.

Keywords: Social Balance; Social Responsibility; Accounting; EPAMIG.

Topic: **Demonstrações Contábeis**

Received: **07/01/2021**

Approved: **23/03/2021**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Tiago de Moura 

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/2492788495391636>

<http://orcid.org/0000-0001-5233-4086>

tiagomourabh@gmail.com

Amanda David Mamedes 

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6327816770041947>

<http://orcid.org/0000-0002-0500-4145>

amanda.ddm@gmail.com

Sergio Adelar Brun 

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/8074140112961583>

<http://orcid.org/0000-0002-8674-331X>

sergiobrun@utfpr.edu.br



DOI: 10.6008/CBPC2179-684X.2021.001.0024

Referencing this:

MOURA, T.; MAMEDES, A. D.; BRUN, S. A.. Indicadores da NBC T 15: uma análise da adesão no balanço social da EPAMIG. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.12, n.1, p.291-302, 2021.

DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2021.001.0024>

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos está evidente a preocupação da população com os aspectos sociais e ambientais. Neste contexto, as empresas precisam se adequar e não apresentar apenas as demonstrações contábeis exigidas na legislação, mas também apresentar as ações de responsabilidade social e ambiental. As entidades vêm buscando maior compromisso no relacionamento com a sociedade, em relação aos aspectos sociais, com o objetivo de maior legitimidade organizacional, fato que evidencia a forma e conteúdo da evidenciação (BANDEIRA et al., 2019). Conforme Beuren et al. (2010) as empresas precisam evidenciar as ações no campo social, além da situação econômico-financeira, e assim tornar público o comportamento empresarial consciente e responsável.

Silva et al. (2016) afirmam que por conta da globalização, as empresas públicas e privadas tendem a divulgar com maior transparência para seus stakeholders suas demonstrações contábeis. Assim para evidenciar tais ações surge como ferramenta o balanço social. Para Colares et al. (2012) este relatório de informações sociais e ambientais, ainda que seja de divulgação voluntária, vem sendo divulgado com maior frequência entre as empresas e solicitado entre os interessados. Assim surge a pergunta: Qual o nível de adesão dos indicadores da NBC T 15 no balanço social da EPAMIG?

Este estudo tem como objetivo principal analisar o nível de adesão dos indicadores da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, no balanço social da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). Para atingir o objetivo foram analisados os balanços sociais da EPAMIG dos anos 2016 e 2017, os demonstrativos foram extraídos do site da empresa, e também solicitados via Lei de Acesso à Informação e os dados presentes nestes foram comparados com os indicadores presentes na NBC T 15.

Este artigo possui relevância ao tratar de responsabilidade social e ambiental, qualidade na divulgação das informações sociais e ambientais, e a importância da EPAMIG para os agricultores e população em geral ao propor inovações e soluções tecnológicas para melhorar a qualidade de vida destes. A pesquisa é de caráter descritivo com abordagem qualitativa, com dados obtidos com análise bibliográfica de artigos e livros e documental a partir de documentos institucionais da empresa e legislações aplicáveis.

REVISÃO TEÓRICA

Contabilidade Social e Ambiental

Eugénio (2010) dispõe que desde meados do século XX é estudada e desenvolvida a implementação de uma Contabilidade Social e Ambiental como complemento da Contabilidade Financeira. Conforme Costa et al. (2020), ao longo dos anos a ciência contábil passou por evolução, acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade. Fusco et al. (2019) asseveram que a pesquisa sobre relatórios sociais e ambientais (também denominado Balanço Social) para o setor público ainda está na fase inicial, embora haja crescimento lento, são poucas e localizadas as pesquisas. Deegan (2017) traz um estudo sobre 25 anos de pesquisa na contabilidade social e ambiental, e afirma que houve um aumento na quantidade de entidades

que prestam contas sociais e ambientais, e há uma crescente literatura tentando de alguma forma explicar quais os motivos que impulsionam este comportamento, muitas vezes voluntário.

Beuren et al. (2011) trazem em seu trabalho que as entidades são pressionadas pela sociedade para que demonstrem a preocupação com o meio ambiente e com as questões sociais, e o mesmo tempo buscam a geração de riqueza. Assim, as entidades precisam demonstrar sua participação na preservação do meio ambiente e na valorização da sociedade em geral.

A contabilidade voltada para o meio ambiente não é uma técnica nova, mas sim apenas uma tendência da contabilidade tradicional (GOMES et al., 2020). Pelo lado social, Ramos et al. (2020) trazem em seu estudo que o sistema de informação contábil, que é originário do desenvolvimento humano, precisou estender seu olhar além do enfoque financeiro e econômico, visto que enfoque social começou a ser exigido devido a reporte de informações à vários stakeholders.

Norma brasileira de contabilidade NBC T 15

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, no dia 19 de agosto de 2004, por meio da Resolução CFC nº 1003/2004. O início da vigência seria em 1º de janeiro de 2006, mas o CFC recomendou a sua adoção antecipada. A norma estabelece os procedimentos para que as informações sociais e ambientais sejam demonstradas e tem como objetivo “demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade” (BRASIL, 2004).

Conforme Silva (2015) a NBC T 15 está no “campo das conquistas em prol da transparência das informações de caráter social sobre empresas no Brasil”, os autores ainda destacam o nível de transparência da norma, indo ao encontro da responsabilidade social. Esta norma traz uma forma para que as empresas apresentem informações referentes a questões ambientais e sociais, deixando de atender apenas para atender as exigências e objetivos de caráter financeiro dos acionistas, como era no passado, conforme afirmam Ramos et al. (2020).

De acordo com CFC (BRASIL, 2004), entende-se como informação de natureza social e ambiental: a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente.

Essas quatro dimensões podem ser divulgadas de acordo com os procedimentos determinados pela NBC T 15. A primeira dimensão refere-se à riqueza gerada e distribuída pela empresa e pode ser apresentado conforme a Demonstração do Valor Adicionado. De acordo com Azevedo et al. (2020), o valor adicionado representa uma forte contribuição para o produto interno da nação, sendo medido pela extensão do valor do produto quando é adquirido pela empresa e o ponto em que é vendido ou disponibilizado.

No âmbito das informações sobre os recursos humanos devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade e outras informações como remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos. A interação da entidade com o ambiente externo está ligada ao

relacionamento com a comunidade, com os clientes e fornecedores. A interação da com o meio ambiente refere-se a investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a sua melhoria e preservação (BRASIL, 2004).

Responsabilidade social corporativa

Beuren et al. (2011) afirmam que a questão da responsabilidade socioambiental por parte da sociedade teve surgimento quando esta sociedade se deu conta da primazia dos direitos humanos e da finitude dos recursos ambientais. Conforme Ghobadian et al. (2015) o conceito de responsabilidade corporativa (RC) percorreu um longo caminho nas últimas seis décadas.

A demanda por divulgação social e ambiental corporativa por parte de entidades públicas aumentou nas últimas duas décadas (GIACOMINI et al., 2020). Uma das ferramentas para esta divulgação é o balanço social, também denominado de relatório de informações sociais e ambientais que será apresentado no tópico seguinte.

Balanço social

Sobre as demonstrações contábeis, Glaserová (2013) afirma que estas representam o produto final da contabilidade, na forma de um complexo estruturado com as informações necessárias para todos os usuários, sejam internos ou externos. Estas são a base para tomada de decisões por parte dos usuários. Beuren et al. (2011) dispõe que a contabilidade faz uso de um conjunto de demonstrações contábeis e relatórios complementares que divulgam informações relacionadas às atividades de uma empresa e apresentam informações qualitativas e quantitativas sobre a situação econômico-financeira e patrimonial de uma empresa. Assim tais relatório podem revelar, de forma voluntária, assuntos que interessam a um grande número usuários da contabilidade, incluindo informações sobre questões sociais e ambientais.

Assim temos o balanço social (também denominado relatório social ou relatório de informações sociais e ambientais) que segundo Silva et al. (2015) pode auxiliar as empresas a prestar contas dos projetos, benefícios e ações sociais desenvolvidos pelas organizações. Cardillo et al. (2020) afirmam que esta demonstração, como parte dos sistemas contábeis tradicionais, é essencial para o apoio às decisões de formuladores de políticas na promoção da sustentabilidade social e avaliação de efeitos das escolhas destas internamente e externamente em relação aos stakeholders.

Mesmo não sendo obrigado pela legislação, o balanço social é uma demonstração importante para prestação de contas das entidades para a população e sociedade em geral, assim Slomski (2009), expõe que “na administração pública é, certamente, onde mais deve estar presente a filosofia da *accountability*” a razão para esta afirmação se deve pois quando a sociedade elege seus representantes, espera que estes ajam em seu nome de forma correta e que prestem contas de seus atos.

Conforme exposto no Quadro 1, a estrutura proposta pelo Conselho Federal de Contabilidade apresenta uma diversidade informações que podem atender a diversos usuários das demonstrações contábeis. Também é evidente que a norma não limita apresentação de informações contábeis apenas, mas

também apresenta informações de cunho social e ambiental.

Quadro 1: Estrutura do Balanço Social conforme NBC T 15.

Tipo da Informação	Descrição
Geração e Distribuição de Riqueza	A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade).
Recursos Humanos	Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade. Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomo. As informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.
Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.
Interação com o Meio Ambiente	São evidenciados investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; com educação ambiental para a comunidade; com outros projetos ambientais; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; passivos e contingências ambientais

Fonte: BRASIL (2004).

METODOLOGIA

Neste tópico será apresentada a metodologia utilizada para atingir os objetivos da pesquisa. Por apresentar a descrição das características de um fenômeno, esta pesquisa quanto a seus propósitos pode ser definida como descritiva (GIL, 2018). É qualitativa por buscar compreender um fenômeno em seu ambiente natural (KRIPKA et al., 2016). A forma de coleta dos dados é classificada como uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica por ser elaborada com base em material já publicado (GIL, 2018), neste caso ocorreu a pesquisa em artigos e livros. Pesquisa documental, pois houve análise de documentos institucionais da EPAMIG e legislações aplicáveis ao relatório de informações sociais e ambientais e legislações do estado de Minas Gerais.

Os balanços sociais foram obtidos por meio do sítio eletrônico da EPAMIG, mas também foram solicitados por meio de um pedido elaborado com base na Lei de Acesso à Informação, protocolo nº 03050000005202097, cuja resposta foi a informação de onde encontrar os balanços no site. Portanto a resposta foi de acordo com os documentos dispostos no site. A seguir um trecho da resposta ao pedido de acesso à informação:

Diante do pedido realizado, temos a informar que:

1- O documento balanço Social foi publicado em 2 edições apenas. Esse documento não foi elaborado em atendimento a normativo interno ou legislação específica, no entanto atende em parte as colocações da Lei Federal nº 13.303 em seu artigo 8.

[...]

Os balanços sociais da EPAMIG são publicados no site da empresa www.epamig.br, com destaque em homepage no ano de sua publicação e até que seja publicada nova edição. Após este prazo eles ficam disponíveis no mesmo sítio eletrônico.

Encerrando a apresentação da metodologia utilizada, o estudo parte para a análise dos dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise dos dados

A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, empresa pública do estado de Minas Gerais, foi criada pela Lei nº 6.310, de 08 de maio de 1974 com a finalidade desenvolver pesquisas e experimentações relacionadas direta e indiretamente, com a agropecuária. A empresa tem referenciais estratégicos que estão descritos na figura 1.

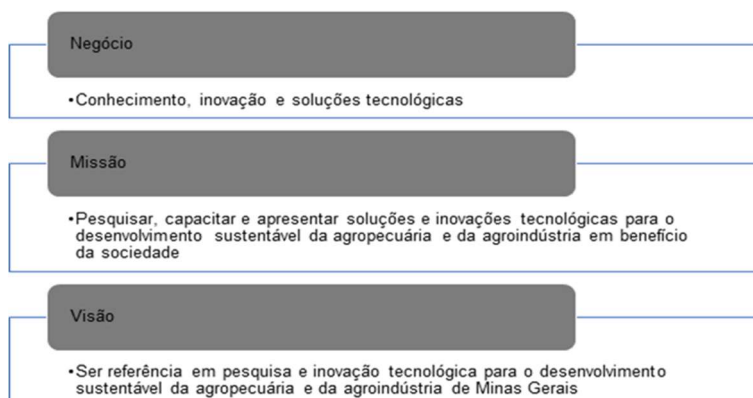


Figura 1: Referenciais estratégicos EPAMIG. **Fonte:** MINAS GERAIS (2020).

A empresa pública estudada é sediada em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em resposta ao questionamento efetuado via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, protocolo 0305000006202031, foi informado que o quantitativo atualizado de empregados da EPAMIG, em 31/07/2020, é de 591 empregados efetivos, 53 oriundos de recrutamentos amplos e 03 aprendizes pagos na folha, totalizando em 647 empregados públicos pagos com recursos do estado de Minas Gerais e 79 safristas pagos com recurso próprio.

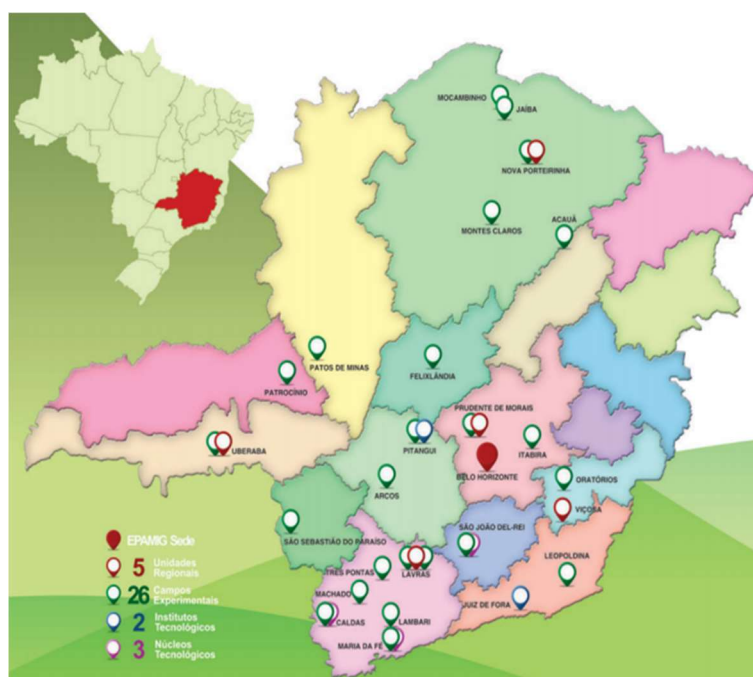


Figura 2: Unidades da EPAMIG. **Fonte:** MINAS GERAIS (2016).

A empresa possui uma estrutura descentralizada, para que consiga atender às necessidades dos produtores rurais de diversas regiões de Minas Gerais e do Brasil. Com a Sede Administrativa, em Belo Horizonte, a empresa ainda possui cinco unidades regionais, dois núcleos de ensino, três núcleos tecnológicos e 26 campos experimentais (MINAS GERAIS, 2016).

A figura 2 ilustra a localização das unidades, núcleos de ensino, núcleos tecnológicos e os campos experimentais espalhados pelo território do estado de Minas Gerais.

Em seu sítio eletrônico, no *link* documentos institucionais são apresentados diversos documentos, dentre eles o Balanço Social de 2016 e outro denominado Balanço Social 2017/2018, mas que ao observar o balanço em si, só possui dados referentes ao ano de 2017. Portanto, serão apresentados os balanços sociais de 2016 e 2017 além de ser efetuada a análise do balanço social da EPAMIG.

Quadro 2: Balanço Social EPAMIG, 2016 e 2017.

1 Base de Cálculo		2017 – Valores em Reais			2016 – Valores em Reais		
Receita Operacional Líquida (ROL)*		8.694.839,08			7.407.541,16		
Receita Operacional (RO)		-1866.344,14			6.516.948,72		
Folha de Pagamento**		96.180.246,50			91.517.409,59		
Empresas Prestadoras de Serviços		1.887.974,32			1.885.221,93		
2 Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre ROL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	6.199.119,46	6,44	71,29	5.649.056,21	6,17	76,26	
Encargos Sociais Compulsórios	25.256.882,47	26,26	290,48	24.086.610,44	26,32	325,16	
Previdência Privada	3.377.116,86	3,51	38,84	3.121.923,20	3,41	42,15	
Bem-estar, saúde e segurança no trabalho	1.873.738,65	1,94	21,55	1.816.336,14	1,98	24,52	
Educação e formação profissional	2.521,64	0,00	0,02	2.240,40	0,00	0,03	
Creches ou Auxílio-creche	98.572,41	0,10	1,13	102.744,38	0,11	1,39	
Outros Benefícios	366.510,10	0,38	4,21	339.420,69	0,37	4,58	
Total – Indicadores Laborais Internos	37.174.461,59	38,65	427,54	35.118.331,46	38,37	474,09	
3 Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre FPB	% sobre ROL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	
Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	754.275,73	0,78	8,67	487.961,20	0,53	6,59	
Total – Indicadores sociais externos	754.275,73	0,78	8,67				
4 Tecnologias Desenvolvidas e Transferidas à Sociedade (TD)	983.334.113,44	1.022,39	11309,40	608.686.951,08	665,11	8.217,13	
5 Lucro Social (2+3+4)	1.021.262.850,76	1.061,82	11.745,62	644.293.243,74	704,01	8.697,80	
6 Indicadores do Corpo Funcional							
Nº de Empregados ao Final do Período	876			889			
Nº de Admissões Durante o Período	0			4			

Nº de Estagiários e Menores Aprendizizes	51	52
Nº de Empregados Acima de 45 anos	770	694
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa	273	282
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	20	20
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros	4	4
Nº de Pessoas com Necessidades Especiais	5	5
7 Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	22,91	23,81
Número total de acidentes de trabalho	10	10
Projetos Sociais e Ambientais são definidos por	() Direção (X) Direção e Gerência () Direção Empregados e Beneficiários	() Direção (X) Direção e Gerência () Direção Empregados e Beneficiários
Padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho são definidos por	() Direção (X) Direção e Gerência () Empregados e CIPA	() Direção (X) Direção e Gerência () Empregados e CIPA
A previdência privada contempla	() Direção () Direção e Gerência (X) Todos (as) os (as) empregados (as)	() Direção () Direção e Gerência (X) Todos (as) os (as) empregados (as)
8 Notas	* A Receita Operacional Líquida (RL) corresponde às receitas com vendas de produtos e serviços, deduzidos os descontos incondicionais, as devoluções e os impostos ** O orçamento do Estado de Minas Gerais, aprovado pela Lei nº 22.476 de 29/12/16 prevê o repasse de recursos do Tesouro Estadual para as despesas com remuneração de pessoal ativo e encargos sociais da EPAMIG	* A Receita Operacional Líquida (RL) corresponde às receitas com vendas de produtos e serviços, deduzidos os descontos incondicionais, as devoluções e os impostos ** O orçamento do Estado de Minas Gerais, aprovado pela Lei nº 21.736 de 04/08/15 prevê o repasse de recursos do Tesouro Estadual para as despesas com remuneração de pessoal ativo e encargos sociais da EPAMIG

Fonte: Adaptado de MINAS GERAIS (2017; 2018).

Com relação ao primeiro indicador da NBC T 15, que trata da geração e distribuição da riqueza, houve apresentação parcial no Balanço Social da EPAMIG. Embora não tenha sido apresentado no formato da Demonstração do Valor Adicionado que a norma sugere, demonstra importantes informações acerca da riqueza criada e distribuída.

As informações acerca dos recursos humanos foram apresentadas parcialmente. Percebe-se que no Balanço Social os indicadores sociais internos, os indicadores do corpo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial são apresentados com diversos indicadores.

No que diz respeito à interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente não houve nenhuma informação no demonstrativo. O quadro 3 demonstra os itens que tiveram adesão ou não.

Quadro 3: Nível de adesão por informação.

Itens de informação presentes na NBC T 15.	Adesão no Balanço Social da EPAMIG?
A) Geração e Distribuição de Riqueza	
1) Receitas	Parcial
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	Parcial .Não detalhado
Outras receitas	Parcial. Não detalhado
Receitas relativas à construção de ativos próprios	Não
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	Não
2) Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui os tributos ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS)	Não
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	Não
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	Não
Perda / Recuperação de valores ativos	Não
Outras	Não
3) Valor Adicionado Bruto (1-2)	Não
4) Depreciação/Amortização/Exaustão	Não
5) Valor Adicionado Líquido (3-4)	Não
6) Valor Adicionado Recebido em Transferência	Não
Resultado de equivalência patrimonial	Não
Receitas financeiras	Não
Outras (inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados pelo custo, aluguéis, direitos de franquia)	Não
7) Valor Adicionado Total a Distribuir (6+7)	Não
8) Distribuição do Valor Adicionado (O total do item 8 deve ser igual o total do item 7)	Parcial, conforme itens a seguir.
Pessoal	Sim
Remuneração Direta	Não
Benefícios	Sim
FGTS	Sim
Impostos/Taxas/Contribuições	Sim (mas não detalhado por esfera)
Remuneração de capitais de terceiros (juros, alugueis)	Não
Remuneração de Capitais Próprios	Não
B – Recursos Humanos	
Remuneração Bruta	Sim (mas não detalhada)
Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os servidores e os contratados	Sim
Gastos com encargos sociais	Sim
Gastos com alimentação	Sim
Gastos com transporte	Não
Gastos com previdência privada	Sim
Gastos com saúde	Sim
Gastos com segurança e medicina do trabalho	Sim
Gastos com cultura	Não
Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)	Sim
Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional	Sim
Gastos com creches ou auxílio-creches	Sim
Participações nos lucros ou resultados	Não
Composição dos Recursos Humanos	
Total de empregados no final do exercício	Sim
Total de contratados no final do exercício	Sim
Total de contratações (admissões)	Sim
Total de demissões	Não
Total de estagiários no final do exercício	Sim
Total de empregado portadores de necessidades especiais no final do exercício	Sim
Total de contratados por gênero	Não
Empregados Menores de 18 anos	Sim (junto com estagiários) Considerou-se menores aprendizes.
De 18 a 35 anos, de 36 a 60,	Não (Apenas Acima de 45 anos que informam a quantidade)
Formação escolar	Não
Percentual de ocupantes de cargos de direção e chefia	Parcial, conforme a seguir
Homens	Não
Mulheres	Sim
Negros	Sim
Pessoas com deficiência	Não

Ações trabalhistas movidas pelos servidores e contratados contra a entidade	Não
C - Interação com a Comunidade	
Investimentos em educação, exceto a de caráter ambiental	Não (Apenas apresenta quem define projetos sociais e ambientais)
Investimentos em cultura	Não (Apenas apresenta quem define projetos sociais e ambientais)
Investimentos em saúde e saneamento	Não (Apenas apresenta quem define projetos sociais e ambientais)
Investimento em esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária	Não (Apenas apresenta quem define projetos sociais e ambientais)
Investimento em alimentação	Não (Apenas apresenta quem define projetos sociais e ambientais)
Reclamações recebidas diretamente na entidade	Não
Reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	Não
Reclamações recebidas por meio da Justiça	Não
Reclamações atendidas em cada instância arrolada	Não
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	Não
D – Interação com o Meio Ambiente	
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	Não
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	Não
Investimentos e gastos com a educação ambiental para servidores, contratados, terceirizados, autônomos e gestores da entidade	Não
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	Não
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	Não
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	Não
Passivos e contingências ambientais	Não

Fonte: BRASIL (2004) e MINAS GERAIS (2017; 2018).

Conforme o Quadro 3, pode-se constatar que foi parcial a adesão de indicadores presentes na NBC T 15, principalmente aqueles que estão ligados aos recursos humanos. No próximo tópico serão feitas as considerações finais acerca deste estudo.

CONCLUSÕES

Levando em consideração que o objetivo deste trabalho foi identificar o nível de adesão do balanço social da EPAMIG aos itens propostos pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15, pode se constatar que a empresa mineira apresenta parcialmente os indicadores. Quanto à geração de riqueza os indicadores de receita foram incompletos, visto que as receitas não foram detalhadas e também foram deduzidos os tributos, já na NBC T 15 as receitas devem ser detalhadas e sem dedução dos tributos. Ainda sobre a geração de riqueza que chegará ao valor adicionado a distribuir, não houve adesão à mensuração de depreciação, amortização e exaustão, receitas financeiras, aluguéis, provisões para devedores e reversões. Quanto à distribuição da riqueza, a distribuição é possível constatar nos indicadores de tributos, folha de pagamento. Mas, por outro lado não foram aderidos os indicadores sobre pagamentos de aluguéis.

Quanto aos recursos humanos também a adesão foi parcial, porém a informação com o maior nível de indicadores, sendo os indicadores sociais internos, indicadores de corpo funcional e informações relevantes quanto à cidadania empresarial. Este achado é muito importante, visto que a empresa conta com um número significativo de empregados no geral. Desta parte do balanço social, entre os poucos indicadores

ausentes pôde-se constatar gastos com transporte, gastos com cultura, e participação nos lucros, porém no Balanço Social da EPAMIG há a indicação de 'outros benefícios', então por falta de uma nota explicativa não há como afirmar que estes indicadores estão inclusos nesta seção.

Por fim os indicadores relativos às informações de interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente, o demonstrativo não apresentou nenhum indicador conforme aqueles propostos na estrutura da NBC T 15. Portanto constata-se que a empresa por meio de seu balanço social não presta contas de maneira adequada aos usuários externos, visto que não apresentou diversos indicadores, principalmente aqueles relacionados ao meio ambiente e interação com a comunidade.

A pesquisa teve os objetivos alcançados, ao comparando dois balanços sociais publicados pela EPAMIG. Assim espera também contribuir para futuros estudos, onde se sugere a comparação entre empresas públicas do mesmo porte e segmento, também a verificação de adesão de indicadores de outros modelos de relatórios de informação social e ambiental propostos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. P. R. S.; LIMA, A. C. S.; FREITAS, M. A. L.. Análise da relação entre o produto interno bruto e o valor adicionado dos estados brasileiros no período de 2010 a 2014. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v.8, p.95-111, 2020.

BANDEIRA, M. L.; OLIVEIRA, N. L.; NUNES, A.. Disclosure social: uma análise sob a ótica da NBC T 15 em empresas de capital aberto. **Revista Negócios em Projeção**, v.10, p.14-29, 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC n. 1.003 de 19 de agosto de 2004**. Aprova a NBC T 15: Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília: CFC, 2004.

BEUREN, I. M.; BOFF, M. L.; HORN, J. E.; HORN, M. A.. Adequação da evidencição social das empresas de capital aberto no relatório da administração e notas explicativas às recomendações da NBC T 15. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v.4, n.8, p.47-68, 2010.

BEUREN, I. M. BOFF, M. L.. Predominant strategies of legitimacy in environmental and social disclosures. **Management Research**, v.9, n.1, p.56-72, 2011. DOI: <https://doi-org.ez48.periodicos.capes.gov.br/10.1108/1536-541111146641>

CARDILLO, E.; LONGO, M. C.. Managerial Reporting Tools for Social Sustainability: Insights from a Local Government Experience. **Sustainability**, v.12, n.3675, 2020.

COLARES, A. C. V.; BRESSAN, V. G. F.; LAMOUNIER, W. M.; BORGES, D. L.. O balanço social como indicativo socioambiental das empresas do índice de sustentabilidade empresarial da BM&F BOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v.17, p.83-100, 2012.

COSTA, W. P. L. B.; SILVA, A. K. A.; SILVA, J. D.; NASCIMENTO, Í. C. S. N.; FELIX JÚNIOR, L. A.. Convergência internacional e os desafios ao ensino e profissão contábil. **Revista Sítio**

Novo, Palmas, v.4, n.3, 2020. DOI:

<http://dx.doi.org/10.47236/2594-7036.2020.v4.i3.7-17p>

DEEGAN, C.. Twenty five years of social and environmental accounting research within Critical Perspectives of Accounting: Hits, misses and ways forward. **Critical Perspectives on Accounting**, n.4, p.65-87, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/J.CPA.2016.06.005>

EUGÊNIO, T.. Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.6, n.1, p.102-118, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20106>

FUSCO, F.; RICCI P.. What is the stock of the situation? A bibliometric analysis on social and environmental accounting research in public sector. **Int. J. Public. Sect. Manag.**, v.32, n.1, p.21-41, 2019. DOI: <https://doi-org.ez48.periodicos.capes.gov.br/10.1108/IJPSM-05-2017-0134>

GHOBADIAN, A.; MONEY, K.; HILLENBRAND, C.. Corporate responsibility research: Past-present-future. **Group & Organization Management**, v.40, n.2, p.271-294, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1059601115590320>

GIACOMINI, D.; ZOLA, P.; PAREDI, D.; MAZZOLENI, M.. Environmental disclosure and stakeholder engagement via social media: State of the art and potential in public utilities. **Corp. Soc. Responsib. Environ. Manag.**, v.27, p.1552-1564, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1904>

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GLASEROVÁ, J.. Differences in financial statements of business entities in the Czech Republic. **Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis**, v.LXI, n.2, p.335-343, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11118/actaun201361020335>

GOMES, K. F.; BLAZQUEZ, A. L. T.; LEITE, E.; GARCÍA, G. G.. Contabilidade ambiental: Desde una Visión de Responsabilidad Social. **International Journal of Professional Business Review**, v.5, n.1, p.17-27, 2020.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L.. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones Unad.**, v.15, p.1-19, 2016.

MINAS GERAIS. **Lei n. 6.310, de 08 de maio de 1974.** Autoriza o Poder Executivo a constituir e organizar empresa pública para o desenvolvimento e execução de pesquisas no setor da agropecuária. Belo Horizonte: DOE, 1974.
MINAS GERAIS. Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais. **Referencial Estratégico.** Belo Horizonte: EPAMIG, 2020.

MINAS GERAIS. Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais. Documentos Institucionais. **Balanço Social 2016.** Belo Horizonte: EPAMIG, 2017.

MINAS GERAIS. Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais. Documentos Institucionais. **Balanço Social 2017 e 2018.** Belo Horizonte: EPAMIG, 2018.

RAMOS, T. M.; SANTOS, T. R.. O balanço social como influência para uma sociedade empresarial sustentável: uma análise bibliométrica. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v.20, n.44, p.13-28, 2020.

SILVA, N. G.; CUNHA, F. B.; AZEVEDO, M.; MOXOTÓ, A. C. A.. Balanço Social no Setor Público: Uma Análise Comparativa no Governo do Estado do Amazonas. **Revista de Administração de Roraima – RARR**, v.6, n.1, p.156-173-173, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18227/2237-8057rarr.v6i1.3477>

SILVA, E.; BERNARDO, D.; MENDONÇA, F.; NASCIMENTO, J. P.. Investimentos em Ações de Responsabilidade Social no Brasil: uma Análise Quantitativa. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v.1, p.53-69, 2015. DOI: <https://doi.org/10.20401/rasi.1.1.21>

SLOMSKI, V.. **Manual de Contabilidade pública:** um enfoque na contabilidade municipal. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Sustenere Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.